



II Encontro Regional

sobre políticas para as MPMEs e políticas de concorrência para enfrentar a crise e impulsionar a reativação econômica

25 de março de 2021



II ENCUENTRO REGIONAL

"POLÍTICAS
PARA LAS MIPYMES Y LA
COMPETENCIA PARA
ENFRENTAR LA CRISIS E
IMPULSAR LA
REACTIVACIÓN ECONÓMICA"

25 de marzo de 2021
11:00-13:45 horas
(GMT-3) Hora Santiago, Chile

Índice

Palavras de abertura -----	3
Situação da América Latina em matéria de políticas para PMEs e políticas de concorrência -----	4
Debate com os representantes dos países da região -----	12
Estratégia de capacitação para a Fase III -----	16
Comentários finais e encerramento -----	18
Materiais de difusão e anexos -----	20

Palavras de abertura. Este [segundo encontro regional](#) sobre políticas para MPMEs e políticas de concorrência para enfrentar a crise e impulsionar a reativação econômica teve início com algumas palavras de boas-vindas de três representantes das instituições que participaram: Teresa Moreira, oficial encarregada da Divisão de Comércio Internacional e Commodities e Chefe da Seção de Políticas de Concorrência e Proteção ao Consumidor da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Mario Castillo, Diretor da Divisão de Comércio Internacional e Integração da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), e Eduardo Diogo, Diretor de Administração e Finanças do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

As autoridades agradeceram e valorizaram a abordagem do tema, reconhecendo principalmente que o mesmo se faz ainda mais urgente e relevante em meio ao contexto que a região está vivendo, isto é, um contexto de crise e emergência sanitária e econômica provocada pela pandemia de COVID-19. Com relação a isto, apontaram que é crucial a experiência conjunta destas instituições para apoiar as MPMEs e analisar o cenário que se enfrenta.

Com relação a este último ponto, foram delineadas algumas ideias preliminares sobre como o impacto da pandemia enfraqueceu o desempenho das políticas associadas às MPMEs e o desenvolvimento de instituições efetivas. Estas instituições teriam como finalidade a proteção ante crises desta envergadura e, também, impactar a adoção de tecnologias digitais cujo processo, embora não isento de dificuldades, é um dos eixos centrais de como se deve avançar para a recuperação.

Nesse sentido, os três representantes coincidiram em destacar a importância de políticas de apoio às MPMEs. Além disso, argumentaram sobre acentuar uma integração regional que conte com mecanismos de participação e que forneça ferramentas que acentuem a relevância deste tema para a América Latina, já que [durante 2020 estimou-se o fechamento de quase 2,7 milhões de empresas](#), sendo este último ponto um dos indicadores mais preocupantes, e com maior visibilidade, nos relatórios e dados com os quais a CEPAL trabalhou.

Dessa forma, é essencial que neste contexto, e considerando a situação sanitária em que se encontra a América Latina, com grandes assimetrias no processo de vacinação, seja uma prioridade o desenvolvimento de políticas públicas para avançar na recuperação econômica.

De acordo com o levantamento de informações realizado pela CEPAL, foram implementadas mais de 180 medidas para apoiar as MPMEs da região. Ademais, a CEPAL também apresentou relatórios que destacaram as tecnologias digitais como um dos componentes do nó central para gerar capacidade de reativação e recuperação dos países, visando sempre a geração de emprego e um dinamismo econômico que reative as cadeias produtivas submetidas a uma crise econômica muito significativa.

[Painel 1 Políticas para apoiar as MPMEs na pandemia e na recuperação econômica em nove países da América Latina, e a dimensão da política de concorrência.](#)

Moderador: Carlos Mussi, Diretor do Escritório da CEPAL - Brasil

1. Apresentação de Marco Dini, oficial de assuntos econômicos da CEPAL

Esta pesquisa, realizada em nove países (**Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Panamá e Uruguai**), buscou analisar os esforços das instituições que apoiam as MPMEs e apresentar recomendações para apoiar este setor, com especial atenção ao fortalecimento econômico regional.

A CEPAL realizou uma [pesquisa de 180 medidas](#) classificadas em:

- **Liquidez no curto prazo para as empresas.**
- **Emprego para proteger o mercado de trabalho.**
- **Apoio e estímulo à produção de bens e serviços.**
- **Financiamento para facilitar o acesso ao crédito.**

180 medidas de apoio a las mipymes

Área temática	Objetivos generales	Medidas
Liquidez	Mantener la liquidez en el corto plazo: postergación de pagos de servicios básicos, cargas tributarias, contribuciones patronales y obligaciones crediticias	47
Empleo	Protección del mercado laboral: el pago por parte del Estado de una parte de los salarios y aportes patronales, normas para limitar los despidos, así como la flexibilización en los términos contractuales (reducciones de jornada o suspensión de contratos)	38
Apoio a la producción	Fomentar la producción de bienes y servicios: el apoyo al emprendimiento y la innovación en soluciones para enfrentar la pandemia, así como acciones para impulsar la reactivación de actividades (protocolos bioseguridad, plataformas de venta en línea, entre otras). Se incluye también la simplificación de trámites.	39
Financiamiento	Facilitar el acceso a crédito: programas nuevos y programas existentes que han experimentado ajustes significativos en relación con los montos de los créditos, requisitos de acceso, ampliación de plazos de pago, entre otros. Fueron considerados tanto líneas de crédito especiales, como fondos de garantía.	56

Argentina, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, México, Panamá y Uruguay.

A análise destas medidas evidenciou, entre outras conclusões, a forte pressão que a crise provocada pela pandemia exerceu nas instituições públicas que apoiam as MPMEs nos países avaliados. Nesta situação, embora se tenham evidenciado os limites e as fragilidades do sistema de apoio, também se demonstrou sua capacidade para reagir e criar uma resposta inédita a este ano tão complexo para a região e o mundo. Um primeiro elemento relacionado com o ponto anterior foi o orçamento escasso que, em alguns países, as instituições que apoiam as MPMEs receberam devido à destinação de recursos a outras áreas prioritárias, como saúde e insumos médicos. A esse respeito, somente a Argentina, de acordo com o estudo, aumentou seus recursos no momento mais agudo da crise, destinando grande parte a créditos e liquidez, em particular a adoção e melhoria de tecnologias digitais para aumentar a capacidade produtiva.

Outro ponto mencionado durante esta apresentação foi a adoção de um enfoque inovador na gestão das medidas de apoio. A transição das instituições para um enfoque adaptativo (gradualidade e flexibilidade de funções), à medida que as necessidades apareciam, foi crucial para desenvolver aprendizagem.

Um aspecto deste enfoque foi a adoção de planos e medidas que se diferenciam segundo as necessidades dos territórios, levando em conta que o grau de exposição aos efeitos da crise é muito diferente de uma zona geográfica a outra. A resposta dos atores locais e a avaliação de suas capacidades e recursos

contribuíram para aumentar a eficácia das medidas, melhorando a capacidade de diagnóstico e focalizando a ação de apoio de forma mais oportuna.

A esse respeito, a colaboração público-privada é um fator determinante na capacidade de coordenar e convergir para políticas de apoio às MPMEs.

Estes temas comuns sugerem a existência de um maior espaço de colaboração, o que potencializaria o fomento produtivo dos países da região, criando e propiciando espaços de diálogo permanente e colaboração conjunta. “Há um terreno sobre o qual a colaboração pode ser muito frutífera”, concluiu Marco Dini em sua apresentação.

2. Apresentação de Georgina Núñez, oficial de assuntos econômicos da CEPAL

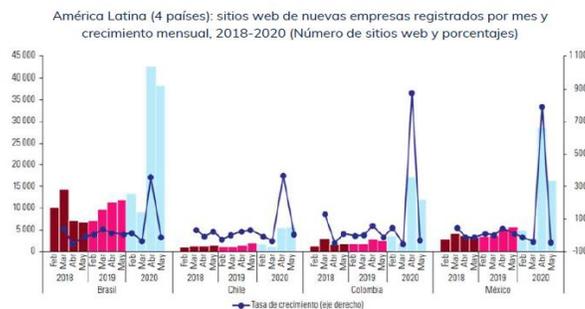
Foram apresentadas algumas medidas de política de concorrência para enfrentar a crise e contribuir para impulsionar a reativação econômica. Nesta linha enquadram-se, por exemplo, os acordos temporários entre empresas de menor tamanho, com o objetivo de apoiar a continuidade de cadeias de suprimentos, evitar a quebra de empresas e potencializar a recuperação.

Um dos efeitos da emergência sanitária e econômica na região é a adoção de tecnologias digitais e as mudanças na forma como as empresas enfrentam a digitalização. Destacou-se a acelerada adoção de canais digitais e o uso maciço de plataformas tecnológicas. Uma mostra disso é o aumento exponencial do número de sites durante os primeiros meses da pandemia em 2020.

La pandemia aceleró la digitalización de la economía

Entre marzo y abril de 2020, el número de sitios web comerciales aumentó:

- 8 veces en Colombia y México
- Casi 4 veces en Brasil y Chile



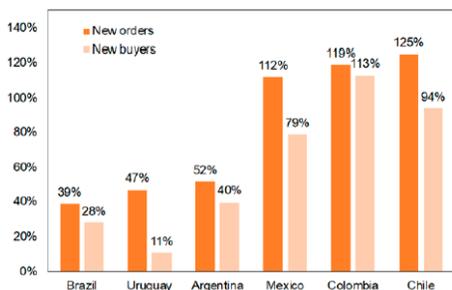
Fuente: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), proyecto "Grandes datos para la economía digital en América Latina y el Caribe", 2020.

A digitalização da economia exige uma participação das autoridades de concorrência que vai além de atender as falhas de mercado. Atualmente, muitas autoridades da região monitoram as plataformas digitais e trabalham em busca de soluções que reduzam os efeitos daninhos sobre os consumidores e sobre as empresas de menor tamanho. Assim, as políticas de concorrência têm apoiado as MPMEs em seu processo ao continuar com o monitoramento dos mercados, permitir que exista uma garantia de bom funcionamento dos mercados e, na medida do possível, evitando que ocorram guerras de preços ou condutas predatórias.

Durante 2020 foram lançadas iniciativas ou reforçadas as existentes em matéria de aplicação da lei (*enforcement*) nas entidades de concorrência, tais como: “Cérebro” no Brasil; “Sabueso” na Colômbia; e a utilização de ferramentas de coleta de evidências, como *Apache Spark* (para *big data*), *web scraping* (mineração de dados) e *parallel computing* no México, entre outras.

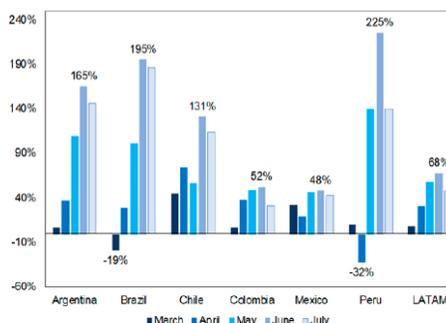
A digitalização das MPMEs também se acelerou e, como resultado, uma grande quantidade de dados gerados foi captada por plataformas de comércio eletrônico (Mercado Livre) ou de meios de pagamento (PayU), mostrando um importante crescimento, de mais de 100% no primeiro caso e de 200% no segundo caso, durante 2020.

Crecimiento de los pedidos y compradores de Mercado Libre durante el brote de COVID-19.



Fuente: Mercado Libre (primer trimestre 2020).

Crecimiento en las ventas en línea de los negocios de PayU durante el brote de COVID-19



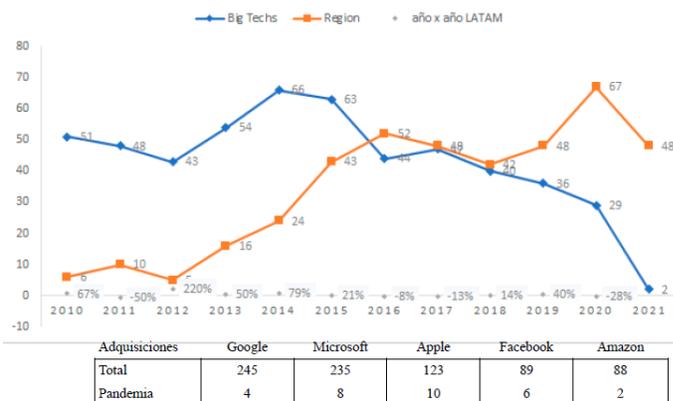
Fuente: PayU (2020).

Estes modelos de negócio intensificaram as economias de escopo, expondo-as a práticas anticompetitivas. Durante 2020, ocorreu um acelerado processo de aquisições que impactou, sobretudo, as MPMEs tecnológicas e as *startups*, afetando a inovação e eliminando competidores potenciais. Uma parte fundamental do modelo de negócios das empresas digitais é a obtenção de dados através da aquisição de empresas que possuem bases de dados e redes (*network*) relevantes para a ampliação de mercados relevantes. Este panorama apresenta uma trajetória de aquisições, em particular de empresas tecnológicas, que durante 2020 demonstrou um aumento de 14% em relação a 2019. Já o ano de 2021 revela uma tendência de alta, pois em março deste mesmo ano já se alcança 70% do total de aquisições de 2020.

Adquisiciones en la región versus Big Tech

Durante la pandemia el número de adquisiciones en LA ha aumentado un 14%, participación significativa de tecnológicas

- En el primer trimestre (2021) las adquisiciones ya alcanzan 70% con relación al total 2020 (años record).



Fuente: Crunchbase, datos de América del Sur + México, 2010-2021.

Uma preocupação presente é a necessidade de uma regulação que permita enfrentar barreiras de acesso e monopólios de dados, temas considerados prioritários na preparação de agendas digitais dos governos. Também foram destacadas as diversas iniciativas de criação de mercados de dados, visando melhorar o acesso de empresas de menor tamanho aos mercados digitais. Por último, destacou-se a importância de avaliar os ativos intangíveis “dados”, peça central para compreender a dinâmica desses mercados.

Em conclusão, os novos modelos de plataformas tornam ainda mais complexa a situação para as autoridades de concorrência, especialmente quando afetam os pilares da política, como o mercado relevante, os umbrais de notificação e as integrações verticais e horizontais, entre outros.

Apresentação das conclusões e recomendações dos estudos nacionais de políticas de concorrência: Brasil e México

3. Apresentação do caso do Brasil, Fernando de Magalhães Furlan

A respeito do Brasil, foram expostos alguns pontos importantes da política de concorrência e das políticas para apoiar e fortalecer as MPMEs, destacando-se que ainda não há uma boa coordenação entre as instituições nesse país. Um exemplo dessa descoordenação, que se ressaltou, foi o caso de WhatsApp-Facebook como plataforma de meio de pagamento; a autoridade de concorrência (CADE) havia autorizado a operação, mas o Banco Central não a permitiu, enfatizando o poder que esta entidade teria no mercado financeiro. Também houve falta de diálogo entre a autoridade de concorrência e a de PMEs, o que indica a necessidade de melhorar a comunicação entre ambas.

Devido à pandemia, e mesmo antes, no Brasil existe um importante e acelerado aumento da concorrência no mercado financeiro. Contudo, as empresas de menor tamanho ainda não contam com bom acesso ao crédito. Falta uma legislação nos mercados financeiros que facilite os processos para empresas de menor tamanho. Foi apontada a necessidade de institucionalizar a cooperação entre as autoridades de concorrência e financeiras. Cabe dizer que já foram dados alguns passos em matéria legislativa; neste

sentido, há uma iniciativa que já se encontra no Senado e que se concentra em definir as liberdades e atribuições tanto das autoridades de concorrência como das financeiras.

A pandemia contribuiu para que muitas pequenas empresas tenham conseguido acessar mercados digitais. O uso das plataformas permitiu-lhes aumentar seus negócios e obter movimento econômico, melhorando assim sua produtividade e crescimento. Mais de 7 milhões de brasileiros compraram pela primeira vez através de plataformas de comércio eletrônico devido à pandemia. Este dado merece ser analisado, considerando as preocupações de uma livre concorrência neste nível de compra e o impacto nas transações de todo o mundo.

Mostraram-se alguns resultados de uma pesquisa enviada pelo SEBRAE a mais de 4 milhões de MPMEs, das quais responderam mais de 1.000 empresas em todo o Brasil; 91% dos pesquisados já contam com algum tipo de digitalização e 81% disseram estar planejando investimentos para ampliar seu nível de digitalização. Em contraste, entre 43 e 49% disseram ter dificuldades para expor e vender seus produtos on-line. Das empresas que não apresentaram nível de digitalização durante a pesquisa, 76% reconheceram a necessidade de digitalizar-se nos próximos seis meses. Contudo, observou-se que a falta de conhecimento sobre ferramentas digitais é o maior obstáculo à digitalização das empresas.

Neste sentido, a digitalização deve garantir, desde seu desenvolvimento até seu pleno funcionamento, que não se trate somente de atividades abusivas ou atividades que distorçam a concorrência no mercado. Para isto, é necessário contar com capacitações periódicas que mantenham as autoridades de concorrência e os membros das equipes encarregadas destas funcionalidades em dia sobre os tecnicismos e complexidades da incorporação e sistematização destas novas ferramentas digitais.

4. Apresentação do caso do México, Ignacio Navarro

No caso do México, a emergência da COVID-19 significou uma forte restrição das atividades econômicas, situação que afetou fortemente as empresas em termos de abastecimento e modificações nos padrões de consumo.

As autoridades responderam com algumas medidas de apoio, como a alocação de 1 bilhão de dólares a um milhão de PMEs, recursos de programas oficiais e prorrogação da moratória de pagamentos de empréstimos por alguns meses para as PMEs, entre outras ações.

Actuaciones de emergencia de autoridades

Apoyos

- Mil mdd para un millón de Pymes
- Adelantar recursos de programas sociales
- Moratoria en pago de préstamos bancarios

IFT

- Paquetes básicos de telefonía celular gratis

COFECE

- Acuerdo para no perseguir colusión cuando se tratase de restablecer el abasto y las cadenas de suministro
- 12 recomendaciones de política para impulsar la economía (mejorar acceso a energía, transporte, compras públicas, etc.)

A respeito das atividades relacionadas com as políticas de concorrência, registraram-se acordos para evitar a colusão no setor de abastecimento e nas cadeias de suprimentos, bem como recomendações de políticas para impulsionar a economia em diversos setores que fortalecem as MPME, como, por exemplo, energia, transporte e acesso a compras públicas, entre outros.

A digitalização no México também significou a adoção rápida de ferramentas e aprendizagens que permitiram às MPMEs aliviar em certo grau a crise econômica. As empresas começaram a utilizar tecnologias digitais, tanto para os suprimentos como para a interação com clientes e a relação com os bancos.

Espera-se que continue em alta a tendência de fortalecer as capacidades digitais das MPMEs, garantindo o acesso a plataformas digitais em condições de concorrência e regulando suas atividades, o que se tornou tema de debate no mundo. A União Europeia converteu-se em referência para o México através da regulação e coordenação das plataformas digitais e sua adesão à promoção da livre concorrência no mercado.

Características que complican el análisis de competencia

Plataformas y economías de red

El ganador se lleva (casi) todo

Precios cero, Mercados de dos lados

Dificulta el análisis de competencia

Sesgos de comportamiento

"Nudging", "framing", "defaults"

Tendencia a la monopolización

Campo fértil para abuso

Adquisiciones asesinas

Para eliminar la competencia

Nuevas formas de colusión

Algoritmos, sin intervención humana

A abertura dos mercados digitais no México significou o surgimento de novas formas de colusão sem intervenção humana; além disso, os vieses de comportamento e sobre-exploração do consumidor, obtidos através do monitoramento de padrões de comportamento, induzem a compras muitas vezes não desejadas.

A respeito dos desafios que o México enfrenta, o desenvolvimento acadêmico tem sido crucial num tema que ainda apresenta muitas incertezas. Também se registraram avanços em matéria legal, assim como no Brasil. Esses avanços dão origem a uma aplicação mais estrita da lei, tendendo muitas vezes a ser menos condescendente com as empresas digitais, quando ocorrem falsos negativos.

Finalmente, a autoridade de concorrência deve ser mais enfática e analisar que alterações legais podem ser feitas para categorizar ou como se regulam as plataformas digitais, sobretudo para o ambiente produtivo das MPMEs. No México, utiliza-se uma ferramenta que investiga qualquer tipo de barreira estrutural ou de mercado que possa existir; contudo, uma vez que a empresa cresce e aumenta seu capital produtivo, a regulação se torna mais complexa e adquire práticas fora do mercado.

Painel II. Debate com os representantes de países da região

Moderador: Pierre Horna, oficial de assuntos legais da CEPAL

Este espaço foi dividido em uma conversa com:

- Organismos encarregados da promoção de MPMEs:
Sandra Gisella Acero, Diretora de MPMEs do Ministério do Comércio, Indústria e Turismo de Colômbia
Guillermo Merediz, Secretário para a Pequena e Média Empresa e Empreendedores do Ministério do Desenvolvimento Produtivo da Argentina
Arturo Arango, Subdiretor de Autoridade da Micro, Pequena e Média Empresa (AMPYME) do Panamá
- Autoridades encarregadas das políticas de concorrência:
Gerardo Henríquez, Superintendente de Concorrência de El Salvador
Nikita Mayer, Fair Trading Commission de Barbados
Enrique Vergara, Presidente do Tribunal de Defesa da Livre Concorrência do Chile

Com relação às políticas e ações para apoiar as MPMEs nos países, os painelistas destacaram alguns eixos comuns:

1. Coordenação e fortalecimento entre os setores público e privado

Os países da região executaram várias estratégias de reativação econômica e apoio ao tecido produtivo das MPMEs. Dentre elas, a parceria entre os setores público e privado adquire uma importância fundamental.

Desde que se iniciou a pandemia, os empresários e o governo (não em todos os países) trabalharam em conjunto construindo medidas, protocolos e processos articulados entre diferentes setores, mas com foco

em identificar desenvolvimentos incluindo a adoção de novas tecnologias que aumentem a participação de negócios e empresas pequenas no mercado.

Na Colômbia, Chile e Argentina, por exemplo, a contribuição do setor privado foi relevante para a criação de protocolos de biossegurança que são essenciais para a reativação das atividades produtivas e a recuperação econômica.

2. Acesso ao crédito num contexto de restrição às atividades econômicas

Esta medida foi uma das mais importante nas estratégias de apoio desenvolvidas pelos países da região. A esse respeito, na Argentina, Colômbia e Panamá foram entregues garantias entre 80% e 100% para pequenos empreendedores, aumentando os fundos e recursos destinados a esta ferramenta e flexibilizando as condições de solicitação.

Na Colômbia foram estabelecidas novas linhas de financiamento e de crédito direto muito mais efetivas do que as existentes antes da pandemia. Isto é descrito como um avanço, já que se alcançou cerca de 40% do tecido empresarial formal, o que equivale a cerca de 1,6 milhão de MPMEs registradas formalmente.

No Panamá aumentou-se em 5 milhões de dólares o financiamento de linhas de crédito para empreendedores e pequenas empresas, em empréstimos de 2 mil a 5 mil dólares, com taxas entre 7% e 9% e prazos de até 84 meses. Isto permitiu o fortalecimento da parte mais baixa da pirâmide social, concedendo garantias e mais oportunidades para flexibilizar o acesso e incentivar a recuperação econômica.

3. Reconfigurar a agenda digital para enfrentar a situação atual e futura

Sem dúvida, um dos pontos convergentes em todo este diálogo regional foi a adoção e incorporação de tecnologias digitais para facilitar a recuperação das MPMEs na região. Nem todos os países fortaleceram este aspecto, já que a preexistente exclusão digital provocou mais disparidades na forma de enfrentar a pandemia e a crise econômica, sem propiciar um espaço idôneo para que as MPMEs possam se recuperar.

No Panamá, vários trâmites antes realizados de maneira presencial agora podem ser realizados on-line, fazendo com que esse país, historicamente reconhecido por seus serviços e intenso comércio regional, tenha fortalecido este aspecto através de uma linha de trabalho que incentivou as empresas a realizar seus registros, destacando-se que antes eram tramitados 15 mil pedidos on-line e hoje se chegou a mais de 175 mil por dia.

As políticas e os programas para acelerar a transformação digital também foram cruciais na Argentina e na Colômbia, já que se impulsionou a capacitação on-line, a diminuição da exclusão digital e o acesso a plataformas e ferramentas mediante as quais se pode acelerar a difusão de informação e propiciar ações coletivas.

4. Políticas de concorrência: benefícios e oportunidades para as MPMEs

Em matéria de política de concorrência, a autoridade de concorrência de Barbados apoiou os acordos entre competidores, com o objetivo de ajudar as empresas de menor tamanho. Houve convergência quanto ao objetivo da política de concorrência, que é o lucro e alocação dos recursos para o bem-estar

dos consumidores. Reduziram-se os obstáculos para implementar a política de assistência e apoio às MPMEs de setores fortemente golpeados pela crise, como o turismo, e com forte contribuição no emprego.

Existe uma colaboração informal com as contrapartes de concorrência da região do Caribe, especificamente Trinidad e Tobago e Jamaica, que permite beneficiar-se do intercâmbio de informações e cooperação. Existe colaboração entre países da região, em negócios, monitoramento e intercâmbio de informação dentro da jurisdição respectiva, o que facilita o cumprimento da lei. As agências de concorrência também podem colaborar formalmente em estudos de mercado. Vários países da região não contam com legislação sobre controle de fusões; nesse sentido, a colaboração pode ser uma maneira sólida de obter o desenvolvimento de novas práticas e de legislação.

O Tribunal da Livre Concorrência do Chile destacou a tensão entre a política industrial e a política de concorrência, o que, no último ano, representou um problema, já que o foco da livre concorrência foi colocado mais na alocação de recursos e proteção dos consumidores do que na proteção das pequenas e médias empresas. Não obstante, foi possível atuar; por exemplo, flexibilizaram-se procedimentos, autorizaram-se provisoriamente acordos de cooperação entre competidores para bens e serviços essenciais (embora até agora não se tenha feito uso deles), atribuiu-se prioridade a processar as empresas por preços excessivos e foram revisados os critérios de empresas em crise.

No Chile, 92% das operações de concentração se referem a grandes empresas, o que não significou excesso de preços e não foram exigidas ações por parte da autoridade. Foram tomadas medidas de *advocacy*, por exemplo, entre a autoridade de concorrência e a de transporte a fim de explicar os alcances das medidas adotadas para atrair as empresas do setor com problemas, para compartilhar seus ativos com outras empresas e poder sair da crise, embora nenhuma empresa tenha aderido aos acordos.

Em El Salvador, durante o segundo trimestre, a superintendência de concorrência apoiou a Defensoria do Consumidor num sistema de preços máximos de bens essenciais, como alimentos e de saúde. Recolheram semanalmente dados do mercado para identificar aumentos de preços e possíveis acordos. A informalidade nas MPMEs, que representam mais de 90% do parque empresarial, complica o tema do controle de preços numa economia. De forma paulatina, procurou-se incluir um maior número de MPMEs no sistema de compras públicas, levando em conta seu nível de digitalização.

5. Informalidade: uma das principais ameaças para as MPMEs da América Latina

Não se deve temer a formalização das empresas, foi a mensagem que muitas autoridades apresentaram neste Diálogo. Reconhecendo a situação da região, fez-se um apelo a integrar e ajudar na formalização dos pequenos, micro e médios empreendedores da América Latina. Nesse sentido, houve grandes coincidências, destacando-se que existem oportunidades em meio a esta pandemia para incorporar as MPMEs no registro formal, para que desta forma se beneficiem dos créditos e fundos de ajuda que necessitam para continuar sobrevivendo, mesmo depois da pandemia.

O registro das empresas é essencial para que o Estado possa alocar de maneira apropriada os recursos de apoio e realizar um adequado acompanhamento e avaliação das medidas aplicadas.

Painel 3. Estratégia de capacitação para a Fase III

Moderador, Juan Luis Crucelegui

Georgina Núñez e Pierre Horna

Neste espaço, foram apresentadas as linhas principais de uma terceira etapa dirigida à construção de capacidades. Trabalha-se na preparação de um curso on-line que cobrirá temas relacionados com a exclusão digital e a formalização para impulsionar as MPMEs de exportação. Esse diálogo permitiu recolher preocupações, experiências e testemunhos dos países participantes, além da informação recolhida nos países durante essa etapa.

A Divisão de Desenvolvimento Produtivo e Empresarial, a Divisão de Comércio e Integração e o ILPES da CEPAL trabalham na proposta de curso on-line para a próxima fase do projeto, referente à construção de capacidades. Esse curso enfocará as oportunidades e desafios para as MPMEs e o comércio eletrônico transfronteiriço. Também se informou sobre as características do curso, sua convocação durante o mês de maio e a cobertura das quatro áreas sub-regionais: México, América Central e República Dominicana; Caribe de língua inglesa; países Andinos; e países do Mercosul. Os conteúdos seriam os seguintes:

Contenidos

- Módulo 1: Introducción
- Módulo 2: La transformación digital y el rol del e-commerce en las Mipymes para acceso a mercado
- Módulo 3: Prácticas logísticas para mantener un e-commerce transfronterizo ágil y competitivo
- Módulo 4: La importancia estratégica de los datos para el e-commerce transfronterizo
- Módulo 5: Condiciones y política de competencia en el e-commerce transfronterizo

Por sua vez, a UNCTAD propôs a elaboração de um código de boas práticas comerciais para MPMEs e plataformas digitais, argumentando que um manual ajuda no equilíbrio e transparência das relações comerciais estabelecidas através de plataformas digitais.

A UNCTAD procura concentrar seus esforços na formulação de princípios orientadores das relações comerciais entre operadores e um sistema voluntário de mediação de conflitos entre operadores econômicos. O objetivo é facilitar o desenvolvimento de relações contratuais, elemento fundamental que enfatiza a premissa de liberdade de mercado, princípios de lealdade, transparência, clareza e simplicidade, fatores vinculados a temas contratuais e princípios dinâmicos de eficiência econômica que promovam a sustentabilidade que tanto a UNCTAD como a CEPAL incentivam. Isto responde a várias preocupações expressadas por alguns representantes dos países que participaram do Diálogo.

Comentários finais e encerramento

Foram variadas as conclusões deste espaço de debate, considerando que as opiniões e os representantes provinham de ambientes com políticas e perspectivas que, às vezes, são bastante diferentes. Não obstante, houve mais coincidências e semelhanças a favor de reativar o setor de MPMEs, reduzindo a exclusão digital e abrindo o caminho da formalidade no registro de empresas para a obtenção de melhorias nas habilidades, crescimento produtivo e abastecimento, pilares essenciais para a recuperação da economia da região.

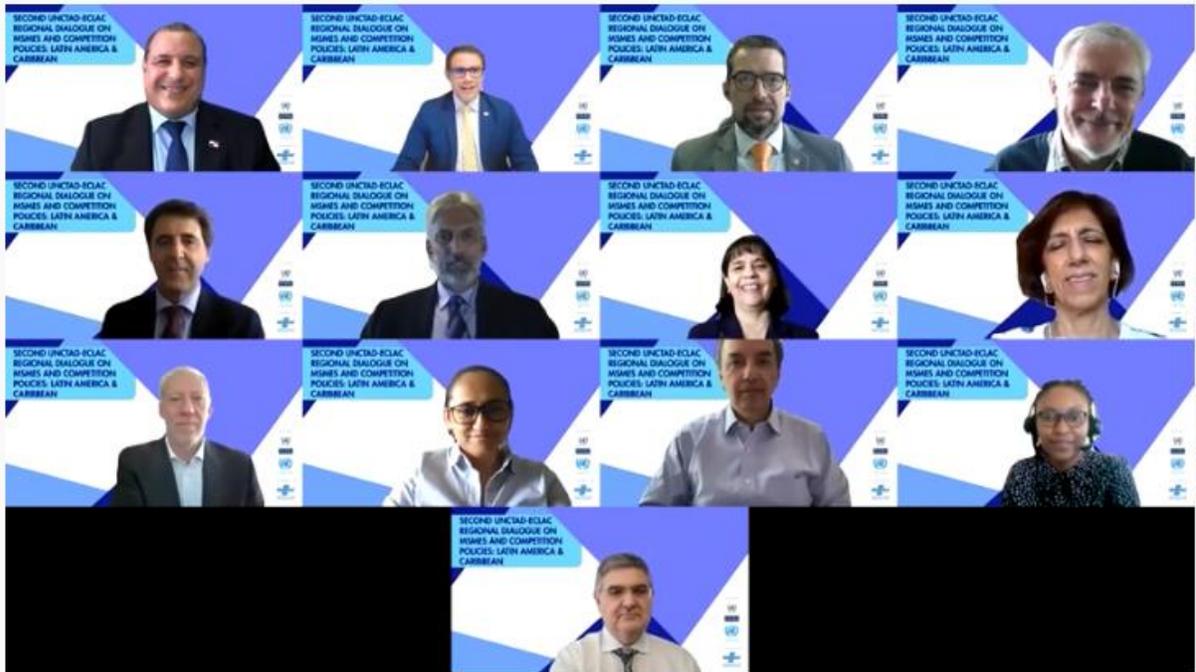
Isto reafirma a ideia de capacitar, educar e retroalimentar no processo de digitalização das MPMEs, assegurando que sua formalização ocorra num contexto de assessoria e institucionalidade corretas para que assim a regulação de políticas de concorrência no mercado se faça da maneira mais transparente possível.

Apesar das dificuldades que as MPMEs encontram no caminho para a transformação digital, a maioria dos empreendedores que ainda não vendem pela internet pretendem investir nesta estratégia nos próximos meses. Para um número majoritário de MPMEs que ainda não incorporaram a tecnologia digital, a maior dificuldade para isso é a falta de habilidades e conhecimentos.

O uso da Internet e dos aplicativos ou plataformas digitais, melhorou a situação das empresas. A digitalização da pequena empresa é um caminho sem volta, acelerado pelo cenário da COVID-19. Para isso, é indispensável proporcionar ferramentas e habilidades setorializadas e personalizadas que permitam atribuir prioridade a setores mais golpeados pela pandemia, como o turismo e comércio, entre outros.

A esse respeito, os benefícios de uma maior concorrência no mercado são sempre requeridos pelas MPMEs, tão golpeadas durante a pandemia, considerando novos surtos e processos de vacinação, com fortes diferenças entre setores da população que fazem parte da cadeia laboral e produtiva das MPMEs.

Esta é uma conversa que continuará nos próximos meses, pois neste momento estão sendo elaboradas as ferramentas (especialmente cursos) cujo propósito principal é precisamente fortalecer as capacidades das MPMEs e seu acesso ao mercado. Será dada atenção especial ao comércio digital em igualdade de condições, já que, apesar da crise, isto permitirá mitigar, em parte, os efeitos econômicos da pandemia.



Link para o evento e apresentações:

<https://www.youtube.com/watch?v=U9diRIWPKqk>

<https://www.cepal.org/es/eventos/encuentro-regional-politicas-mipymes-la-competencia-enfrentar-la-crisis-impulsar-la>